

SISTEMAS DE CULTIVO ILEGAL DE CANNABIS AO REDOR DO MUNDO

Rafael Follmann dos Santos ¹
Celbo Antônio da Fonseca Rosas ²

Resumo

Durante muito tempo o modelo internacional vigente de guerra às drogas tornou impalpável o levantamento de dados espacial e complexo as formas de produção espacial nos locais dominados pelo narcotráfico, envolvendo diversos atores. Os dados registrados por instituições são imprecisos, raramente refletem a realidade do quanto de droga é produzida por uma localidade. Por outro lado, registros de apreensões e outras fontes de informação nos permitem trabalhar em outros aspectos não quantitativos dos dados, ao revelar que mesmo com dinâmicas aleatórias, as espacialidades de cultivo ilegal de cannabis mais expressivas estão condicionadas por suas geografias físicas e políticas circundantes, e portanto podem ser representadas. Por trabalharmos com objetos em relação, consideramos o espaço enquanto um conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistemas de ações. Assim buscamos reconhecer os sistemas de cultivo ilegal de cannabis ao redor do mundo, conceituando o espaço geográfico como um sistema, ao levantar dados sobre cannabis e geografia, mapeamos os sistemas de cultivo ilegal, permitindo descrever sobre como ocorrem suas complexas dinâmicas espaciais agravadas por um contexto de ilegalidade.

Palavras-chave: cannabis; espaço, território.

1. Problematização

Os espaços de cultivo ilegal de cannabis dominados por organizações criminosas são processos complexos. A ilegalidade dos cultivos cria uma situação na qual é praticamente inviável abordar esta espacialidade cientificamente. Os dados registrados normalmente são relatos de apreensões que não refletem a realidade da produção que foi tomada para suprir o produtos disponível no mercado negro, e além disso, a pesquisa campo coloca a vida do pesquisador em risco (CHOUVY, 2019a). Por conta do problema mencionado, os tópicos espaciais aplicados exclusivamente à cannabis constituem um campo marginalizado de pesquisa (WARF, 2014).

Por outro lado, diferente da cartografia, as categorias de análise espaciais da Geografia não dependem de representações matemáticas precisas para representar os fenômenos espaciais. Mesmo que estes sejam extremamente importantes para aumentar a precisão e a confiabilidade da análise espacial, os fenômenos geográficos se alteram na sucessão do tempo sobre o espaço ou conforme se alterna a escala de análise, de modo que os modelos matemáticos não podem expressar a real escala do fenômeno geográfico (HARLEY, 1989).

Para a ausência e baixa confiabilidade dos dados que registram espaços de cultivo ilegal de cannabis dominados por organizações criminosas, busca-se estabelecer outra forma de compreender este espaço que não dependa de dados quantitativos. Através de uma metodologia de análise sistêmica, busca-se compreender a espacialidade de produção de drogas ilegais e identificar seus processos e atributos.

2. Desenvolvimento

Cannabis é a planta que, entre outros produtos, dá origem à maconha, suas flores, e ao haxixe, que é a resina extraída das flores, ambos afim de serem consumidos para ativar seu efeitos

¹: Licenciado em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, sobrecannabis@yahoo.com.

² Doutor em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, celboantonio@uepg.br.

psicodélicos. O cultivo de cannabis pode ser realizado em duas modalidades. No *outdoor*, o cultivo é realizado à céu aberto, e o *indoor* ocorre em ambientes internos que simulam as condições climáticas ao ar livre.

Mesmo reconhecendo alguns aspectos da planta, a proibição generalizada internacionalmente que deu origem aos seus espaços ilegais de produção, impõe dificuldades metodológicas em abordar este assunto sob uma perspectiva espacial. Os dados sobre a produção espacial destes locais, quando raramente são registrados, são imprecisos, o que torna sua apreensão científica um verdadeiro problema se proposto. Esta condição política implica complexos processos para a territorialização dos espaços de produção de drogas, "(...) onde múltiplas dinâmicas territoriais em andamento tomam lugar, notadamente pelas formas de rivalidades de poder sobre o espaço" (CHOUVY, 2002 apud CHOUVY, 2019a, p. 3-4, tradução nossa).

Os dados existentes sobre os espaços de cultivo ilegal de cannabis, relatados por órgãos institucionais, não refletem a realidade do que realmente é cultivado, porque a fonte destes dados são relatos de criminosos detidos pelas autoridades, geralmente modificadas pelos informantes, na intenção de proteger sua facção.

Uma vez que não podemos trabalhar com dados precisos sobre as espacialidades de cultivo de cannabis, caminhamos na linha desconstrutivista do mapa, onde concordamos com Harley (1989) em dizer que um mapa não é uma ferramenta que levará indubitavelmente à verdade científica sobre o espaço racional, ressignificando a importância do mapa nas leituras interdisciplinares que ele pode oferecer. Por mais rigoroso e preciso que um mapa pode ser, ele nunca representará o espaço em sua exatidão, pois este está em constante mudança. Devemos considerar a relatividade na qual a representação espacial está condicionada, e nessa perspectiva, espacializamos os dados coletados identificando seus fluxos mais padronizados, possibilitando algumas leituras para além de sua delimitação cartográfica e quantitativa produção interna.

Apontamos esta concepção porque os dados espaciais levantados reiteram registros sobre locais de cultivo ilegal mais tradicionais que outros, e assim revelam estruturas organizadas ao serem mapeadas, mas não são mensurações cartográficas precisas, e sim padrões de comportamento sistêmico tomados nas espacialidades ilegais de produção de drogas, viabilizadas e em parte consolidadas por suas geografias físicas isoladas de solo fértil e clima favorável e pela presença de um controle político-territorial estatal que apresente fragilidades. Registros reiterados e consolidados pela história e pela geografia, permitem identificar padrões sistêmicos de produção espacial dos locais de cultivo, e seu fluxo de escoamento para centros consumidores.

O cultivo ilegal de drogas se estabelece espacialmente assim que um: "(...) fraco controle político-territorial, falha no desenvolvimento e fraqueza de estado podem claramente praticar papéis cruciais em capacitar ou mesmo estimular o desenvolvimento de indústrias ilegais de drogas" (CHOUVY, 2019b: p. 3, tradução nossa). Somente a topografia (CHOUVY, 2019b), seria capaz de borrar as formas espaciais tomadas pelo cultivo ilegal em seu significado político-territorial.

Uma mesma facção organizada em múltiplos territórios, pode controlar diferentes espaços simultâneos, penetrando os Estados, em colaboração e conflito com outras organizações criminosas. Nossa análise está mais para a relação de suas partes do que para a soma e descrição individual precisa delas, ainda que a julgamos igualmente necessário, é impossível, considerando sua complexidade imposta pela ilegalidade.

A geografia física e o controle político-territorial exercem os limites pelos quais os sistemas ilegais de cultivo de cannabis são manifestados em aleatoriedade condicionada por diversos fatores externos. Primeiro, a disposição para consumir maconha e seus extratos, encoraja a constituição

de um cultivo ilegal, e portanto de tráfico ilegal de cannabis. Os locais de produção são definidos pelas organizações criminosas na busca por espaços onde o controle político-territorial exercido seja falho. Definido o local vulnerável politicamente, narcotraficantes e outros grupos buscam por geografias físicas que favoreçam o crescimento das plantas, seu isolamento social e suas logísticas de escoamento posteriores à produção. O destino final das drogas, que visam ser comercializadas, vai depender do custo-benefício que um mercado consumidor oferece em função de sua distância, e a demanda disposta por em um espaço onde a oferta maximize o lucro o quanto for possível.

Neste processo, distúrbios externos, como a repressão estatal, o conflito com outros grupos criminosos, ou o surgimento/desaparecimento de um mercado consumidor, são difíceis de serem presumidos, e influenciam na aleatoriedade que se dará a distribuição de drogas ilegais aos mercados consumidores. Por possuírem poder sobre vastas porções espaciais, os narcotraficantes podem realocar sua produção, no momento em que as circunstâncias tornarem isso necessário ou conveniente, de maneira similar como as empresas neoliberais são territorializadas e desterritorializadas em diferentes países com Estado descentralizado, frequentemente subdesenvolvidos, ao buscar vantagens políticas e econômicas no espaço por disporem de tecnologias de informação que permite uma organização em territórios-rede, o que Haesbaert (2004) classifica como uma territorialização efetivamente múltipla.

Para Bertalanffy (1968), um sistema é um complexo de elementos em interação. Sistemas abertos, por sua vez, mantêm-se em um contínuo fluxo de entrada e de saída, conservam-se mediante a construção e decomposição (BERTALANFFY, 1968, p. 65). Apesar do sistema aberto mencionado por Bertalanffy (1968, p. 65) se tratar de um organismo vivo, a teoria dos sistemas pode ser aplicada às ciências sociais, sem desprezar os conceitos sociais produzidos, mas servindo como um esqueleto de compreensão (BERTALANFFY, 1968, p. 250). Os sistemas de cultivo ilegal de cannabis, comportam-se como sistemas abertos porque constroem-se e desconstroem-se conforme sua organização interna interprete a retroalimentação de informação proveniente de distúrbios externos, como Estado frágil, condições geográficas, demanda de consumo, repressão estatal e logísticas com o mercado consumidor, assim como é alimentada pelo dinheiro proveniente de uma relação de êxito nas relações externas.

Neste trabalho os objetos de estudo no mapa são considerados como totalidades organizadas, onde se observa a relação entre suas partes distribuídas espacialmente, que produzem o espaço através de relações internacionais simultâneas, e não podem ser determinados matematicamente sob um contexto de ilegalidade, pois o narcotráfico possui um domínio globalizado em territórios-rede, cujo poder sobre um espaço na maioria das vezes é invisível ou pouco delimitável.

O espaço entendido como um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes (SANTOS, 1996, p. 51). Ou seja, os objetos existentes no espaço são cada vez menos naturais, criados por necessidades que também não são naturais. O objeto enquanto produto de uma elaboração social, transformado de algo natural, "(...) responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico" (SANTOS, 1996, p. 56). Os sistemas de objetos, apesar de determinar os sistemas de ações (SSANTOS, 1996, p. 52), são resultados de necessidades naturais ou criadas, realizadas pela sociedade. Os sistemas de ação, portanto, incluem o homem, empresas e instituições (SANTOS, 1996, p. 67).

As drogas, enquanto objetos artificiais, produzidas para fins estranhos ao lugar, resultam de ações que são comportamentos orientados, para atingir fins ou objetivos (SANTOS, 1996, p. 63), responde por condições sociais e técnicas que englobam os usuários, as famílias rurais exploradas, as organizações criminosas, os Estados e suas infraestruturas, entre outros sistemas de ação.

Milton Santos (1996), ao considerar o espaço geográfico como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, ajuda no processo de formular um sistema de conceitos espaciais que dê conta do todo e das partes em sua interação. Ele não adota os conceitos sistêmicos para explicar a geografia, mas entende que os sistemas estão em todas as partes, e o espaço não deixa de ser uma parte em organização com outros aspectos da realidade, uma totalidade organizada pela interação de suas partes que criam estruturas emergentes, que é o espaço artificial/social, e assim requer um sistema de conceitos para abordar suas dinâmicas.

Enquanto um objeto espacial representar interesses sociais, no nosso caso a maconha e o haxixe, transformados de algo natural que é a cannabis, as relações sociais em função deste objeto produzirão um espaço próprio, e isso vai depender dos fatores discutidos que aleatorizam seus processos espaciais. As espacialidades dominadas por grupos que produzem o espaço através de ações sobre os objetos que atendem às finalidades estranhas ao lugar e seus habitantes, suprimindo as "necessidades" por drogas de outros lugares.

3. Resultados Alcançados

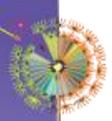
Se como aponta Baesso (2013: 64) que a lógica da política de guerra às drogas é a diferença entre países produtores e países consumidores, os "países produtores, são pobres, e países consumidores, ricos", acreditamos ser possível, como expressado anteriormente, que o espaço de produção de drogas pode ser dividido entre aqueles que produzem e aqueles que consomem, mas também pela escala que o cultivo ilegal de drogas toma dependendo de seu contexto político-territorial e também da sua geografia física circundante (Chouvy, 2019b: 6). Enquanto pesquisávamos, percebemos que as espacialidades de produção ilegal de cannabis constroem e destroem-se conforme permite sua situação entre uma geografia física e um frágil controle político-territorial, e conforme a repressão estatal e o surgimento/desaparecimento de um mercado consumidor afetam sua demanda e sua oferta.

Apenas a topografia pode borrar a forma espacial tomada pelo cultivo ilegal e seu significado política-territorial, pois as áreas distantes de centros políticos e suas infraestruturas (montanhas, desertos, parques, zonas de periféricas, etc), favorece o cultivo ilegal de drogas (Chouvy, 2009; 2014 apud Chouvy, 2019b: 7-8).

Através dos dados levantados em pesquisas bibliográficas, documentais e de campo por outros autores, pudemos marcar os fluxos de produção de cannabis, com os registros de seus locais de cultivo, e seus mercados consumidores mais comuns, normalmente providos por dados de apreensões policiais. Apesar de que boa parte dos dados não sejam confiáveis e não reflitam a realidade do quanto de droga é produzida e transportada, alguns fluxos possuem uma expressão mais consolidada, e revelam seus significados (Mapa 1).

Outro aspecto que queremos deixar claro, é quanto a aleatoriedade na qual esses fluxos ocorrem. Eles estão representados no mapa de acordo com registros encontrados sobre locais que historicamente produzem cannabis, e portanto são mais expressivos. Entretanto, não representam com precisão suas dinâmicas, que ocorrem em praticamente todos os países, em todos os lugares. Invisíveis no mapa, existem infinitos fluxos, constantes, flexíveis, indo e voltando de qualquer direção, translocando e buscando drogas, com espaços de cultivo construídos e decompostos na medida em que reagem ao feedback externo. É através dos fluxos mais expressivos que podemos reconhecer onde estão e como ocorrem suas dinâmicas, e sobre quais fatores elas estão condicionadas que permitem representar sua espacialidade.

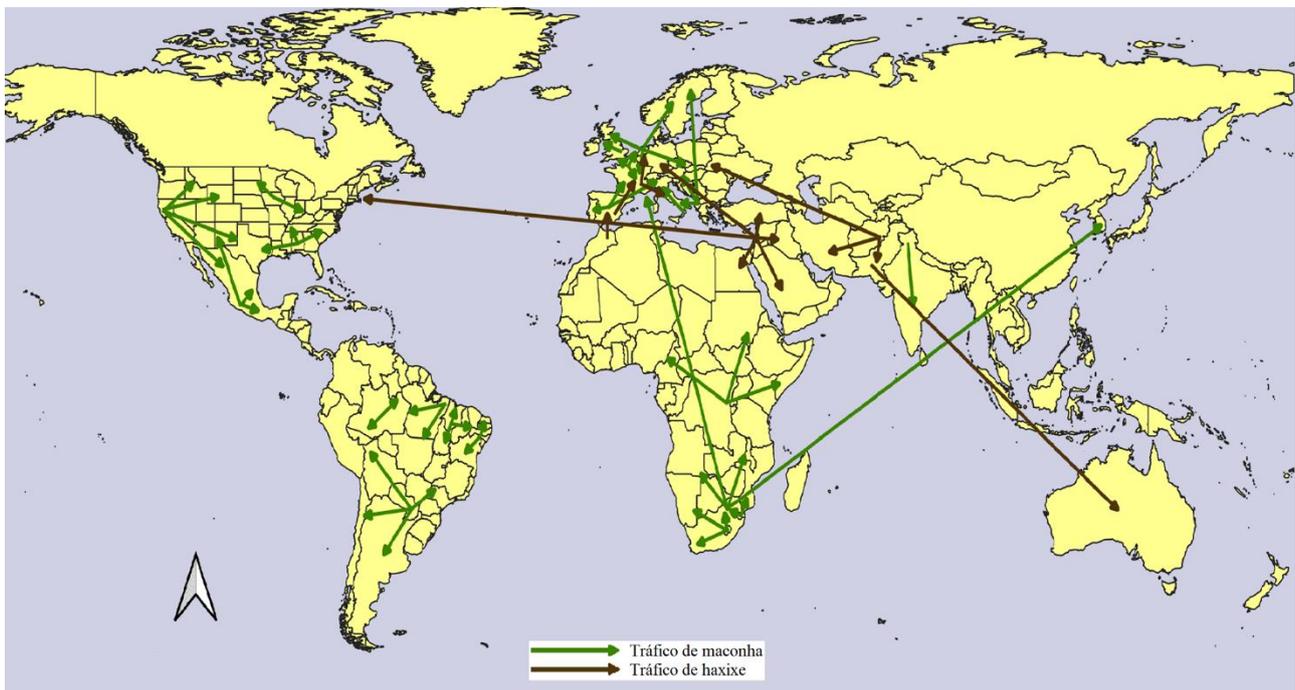
Após tentativas insatisfatórias de cultivar cannabis na Bolívia, os traficantes dirigiram-se à serra de Amambay, no território paraguaio, onde alcançaram resultados bastante alentadores aos seus



interesses (Mendoza e Marin, 2014: 25). Na América do Sul, o Paraguai "(...) é responsável por abastecer a Argentina, o Uruguai e 60% do mercado brasileiro de maconha - com vastas plantações na região norte e leste do país" (Baesso, 2013: 36). Além dos países mencionados, podemos esperar que a produção deste sistema de cultivo seja parcialmente destinado à outros países da América do Sul, uma vez que o Paraguai é o maior produtor de cannabis na América do Sul e o segundo maior na América (ONU, 2008 apud Mendoza e Marin, 2014: 28). O Uruguai, desde sua legalização da cannabis em 2014, reduziu drasticamente sua importação de maconha ilegal do Paraguai, que também exportada para o Chile e para a Bolívia (Garat, 2016: 10).

O cultivo de cannabis no Paraguai é realizado principalmente por grandes facções brasileiras, que contratam famílias rurais para realizar os serviços de plantio e colheita. De modo geral, os camponeses, e até mesmo comunidades indígenas estão envolvidas no cultivo, pois encontram na cannabis uma economia de subsistência, mas não estão envolvidos no crime mais do que provedores de mão de obra barata (Garat, 2016). Os "narcos" são quem possuem poder sobre o território, e às vezes obtêm respeito e apoio da população, pois prestam "(...) auxílios a la comunidad, reparan escuelas, llevan un enfermo al hospital y prestan una serie de "ayudas" para sus "trabajadores" y familias, ayudas que antes eran monopolio de los punteros políticos" (Garat, 2016: 12).

Mapa 01: Tipos de ações e redes sociais usadas pelos respondentes nos estados brasileiros, em 2021.



Fonte: Os autores, 2021.

O cultivo de cannabis no Paraguai é realizado principalmente por grandes facções brasileiras, que contratam famílias rurais para realizar os serviços de plantio e colheita. De modo geral, os camponeses, e até mesmo comunidades indígenas estão envolvidas no cultivo, pois encontram na cannabis uma economia de subsistência, mas não estão envolvidos no crime mais do que provedores de mão de obra barata (Garat, 2016). Os "narcos" são quem possuem poder sobre o território, e às vezes obtêm respeito e apoio da população, pois prestam "(...) auxílios a la comunidad, reparan escuelas, llevan un enfermo al hospital y prestan una serie de "ayudas" para

sus “trabajadores” y familias, ayudas que antes eran monopolio de los punteros políticos” (Garat, 2016: 12).

Podemos observar que a fraca presença do Estado no Paraguai, tanto para restringir a produção de cannabis quanto para prestar assistência às populações pobres e rurais, na qual a produção de cannabis se torna um cultivo de subsistência, permitindo a existência de cultivos ilegais, com uma geografia física propícia para a prática. Os grupos criminosos aproveitam a oportunidade para comprar maconha barata dos camponeses contratados e lucrar com as vendas no mercado internacional.

Enquanto a maconha paraguaia não dá conta de abastecer a demanda em todo o Brasil, e isso revela que o fator distância desmotiva os traficantes de cruzarem longos caminhos para vender drogas, o nordeste e o norte brasileiro são regiões sustentadas por produções locais. O Polígono da Maconha no vale do rio São Francisco é a área com maior extensão de plantio nacional, pois a erva encontra boas condições de solo e de temperatura para crescer (Fraga, Cunha e Carvalho, 2014: 64). Esta produção abrange estados como Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e cerca de 40 mil camponeses (Fraga e Lulianelli, 2010 apud Baesso, 2013: 83-84).

Com a queda no preço de alguns produtos agrícolas que abasteciam a economia camponesa, a região do rio São Francisco passa a produzir e exportar cannabis para os grandes centros urbanos, principalmente no nordeste. (Baesso, 2013: 84). Nas áreas remotas, as plantações estão em municípios como Carnaubeira da Penha, Cabrobó, Betânia, Belém do São Francisco, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Floresta, Salgue (Fraga et al., 2014: 64). Mesmo durante um período de intensa repressão policial, as quadrilhas se organizaram, e o plantio torna-se mais intenso nos anos subsequentes analisados (Fraga et al., 2014: 77).

No Maranhão, no Ceará, e no Pará, também foram identificadas plantações. A região conhecida como Triângulo do Capim, no Pará e no Amazonas, registra cultivos de cannabis em terras públicas ou particulares, conforme dados de reportagens (Fraga et al., 2014: 62). No estado do Pará, os municípios de Tomé-Açu, Concórdia do Pará e Acaré compreendem entre 33,7 a 50,7 hectares de plantio que abastece a região norte do Brasil e o nordeste em tempos de forte repressão (Baesso, 2013: 82). O Maranhão é um dos estados com maior volume de produção, com 70% do cultivo realizado em aldeias indígenas nos municípios de Amarante, Grajaú, Arame e Barra do Corda, quais possuem longo vínculo cultural com a planta, agora transformada em fonte de renda (Steiman, 1995 apud Baesso, 2013: 82-83).

No norte e no nordeste, a cannabis é uma economia importante para as famílias rurais, que não possuem incentivos estatais para pagar por seus custos de vida, e assim exportam a droga para centros urbanos. Com terras propícias para o cultivo de cannabis, suas especialidades se realocam e se readaptam em outras localidades, conforme a repressão atua, demonstrando resiliência por parte daqueles que cultivam, e ineficiência do estado em executar suas leis.

No México, há muito tempo o cultivo ilegal de drogas, entre elas a cannabis, desempenha um importante aspecto econômico para as comunidades rurais, que vendem maconha para mercados como os Estados Unidos. O México ocupou em 2012, a posição de maior produtor de Cannabis da América (Araujo, 2012 apud Mendoza e Marin, 2014: 28).

As políticas neoliberais dos anos 80 que descentralizaram o estado mexicano e descapacitaram os trabalhadores do campo, acabou assim, tendo este oco político-econômico preenchido com a forte presença do narcotráfico e de atividades ilícitas em comunidades camponesas, empoderando instituições estatais e municipais controladas por políticos relacionados com os cartéis de produção e o tráfico de drogas. A soberania criminosa no Sul de Michoacán frente à descentralização do

Estado, por exemplo, foi facilitada através do isolamento geográfico, e assumida por lideranças locais contra o centro político nacional.

A população rural mexicana adota o narcotráfico como estilo de vida, mobilidade social e parte de suas economias e culturas regionais. Tanto a crise econômica quanto a corrupção, são condutores da emergência de organizações criminosas. Outras regiões no sul do México tornaram-se sede de narcotraficantes, por seu clima tropical e localização estratégica para comunicação (Aranda, 2014: 85). O dinheiro ilícito compensa a deterioradas condições sociais. Desde os anos oitenta, pode-se observar uma expansão dos cultivos ilícitos no Sul de Michoacán, e mesmo nos contextos de repressão, novas áreas de cultivo são encontradas (Aranda: 2014). Alguns êxitos conseguiram inicialmente a diminuição da área de plantio no México; mas "(...) a diminuição do volume de maconha exportado e estancar os canais de acesso ao mercado estadunidense, não foram, no entanto, exitosas em manter esses ganhos por um tempo maior" (Fraga, 2014: 9).

Atualmente o México e os EUA caminham para a legalização da cannabis e o Canadá já é um país legalizado. Os dados sobre o cultivo ilegal nestes países são relativamente antigos (1980-2012), e não refletem seu estado atual, pois com a legalização, o cultivo e consumo de cannabis ilegal despenará, como ocorreu no Uruguai, e isso tornará os dados ainda menos condizentes com a realidade. Em alguns estados americanos onde a cannabis continua ilegal, talvez a cannabis continue a vir de fontes como o México ou outros estados americanos. O sistema de cultivo ilegal de cannabis no México evoluiu do alinhamento rural com organizações criminosas, resultado da deficiência no controle político-territorial, nos locais em que a geografia física propiciou seu desenvolvimento.

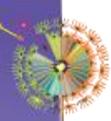
Os pequenos êxitos da repressão no mexicana nos anos 80 incentivou o cultivo ilegal de cannabis nos Estados Unidos (Johnson 2019: 12). Duas formas de cultivo se estabelecem nos EUA. Uma delas é realizada em terras públicas, e prevalece ainda nos dias atuais. O cultivo ilegal de cannabis é disperso no "Triângulo da Esmeralda" no norte californiano (principal fornecedor de maconha do país), e outras regiões como o Sul, Centro-Oeste e Oeste (Johnson, 2019).

Com o aumento da repressão nos anos 80, o cultivo outdoor (ao ar livre) foi tornado arriscado, e de fato impactou a produção de cannabis no país. Porém o efeito foi apenas provisório, e apenas encorajou os produtores a adotarem novas técnicas de cultivo frente a repressão. Os cultivos foram readaptados para serem realizados dentro de casa, através de equipamentos sofisticados, que simulam as condições ideais para o crescimento de cannabis. (Johnson, 2019: 13).

Os primeiro cultivadores indoor no norte da Califórnia visavam suprir seu consumo individual. Porém, com o aumento das despesas e do custo de vida, alguns produtores passam a vender maconha para sobreviver (Johnson, 2019). É comum observar nos EUA algumas agriculturas familiares voltadas para a cultura da cannabis (Chouvy, 2019b).

A cannabis nos EUA não é legalizada em nível federal, então supomos que nos estados proibidos o abastecimento de maconha continue a vir de outros lugares, como do México ou da Califórnia, ou de cultivos mais próximos, realizados nos espaços públicos e privados em meio às plantações, ou realizados dentro de casa. As setas no mapa indicam onde houveram maiores registros de cultivos confiscados, mas a produção não necessariamente flui pelos caminhos indicados, e não quer dizer que outros estados também não adotem estas práticas.

O cultivo de cannabis nos Estados Unidos, surge para suprir uma demanda mitigada pela repressão ao narcotráfico exercido no México, seu principal fornecedor. No entanto, a repressão interna também conduziu um nova readaptação do sistema de cultivo ilegal, pois realoca a produção de drogas para dentro de casa, e não diminui efetivamente o consumo destas substâncias. O crime,



por outro lado, ocorre independente de um consenso mútuo, se manifesta em um indivíduo ou em uma rede criminosa organizada. Desde que as condições sejam propícias, sempre existirão pessoas em todos os lugares dispostas a realizarem estas atividades ilegais no espaço.

A cannabis na África, por exemplo, é uma realidade, e fator econômico importante para as comunidades rurais em praticamente todos os países (Duvall, 2019: 1; Bloomer, 2019: 1). Os cultivadores produzem o suficiente para suprir a demanda no continente e ainda exportar para a Europa (Duvall, 2019: 1).

Hoje em dia, a República Democrática do Congo é um dos mais significantes produtores de cannabis no continente africano (Laudati, 2019: 2). A agricultura convencional, que corresponde por 80% da atividade econômica das famílias rurais congolenses, tem reduzido na década passada, contribuindo para um ciclo de insegurança alimentar e nutricional, baixa produção de alimentos e pobreza. O crescimento isolado limita o acesso ao mercado consumidor, e a negligência do governo para com a região tem agravado a situação. Essas tendências coincidem com o relatado aumento no cultivo ilícito de drogas nestes locais, como uma possível fuga e resposta adaptava à insegurança alimentar (Laudati, 2019). A planta da cannabis é robusta, rende mais de um cultivo por ano providenciando uma efetiva atividade econômica (Laudati, 2019: 9). A maioria das áreas de cultivo são geograficamente concentradas nas regiões das terras fechadas do Sul e Norte Kivu, de Moyens e dos Hauts Plateaux. Em algumas áreas, 60% dos agricultores introduziram cannabis nos seus sistemas de produção (Labrousse, 2014 apud Laudati, 2019).

Ao longo do texto, Laudati (2019) cita diversas situações onde relata a necessidade de existir vínculos com políticos corruptos e soldados de alto escalão das forças armadas do Congo para que o contrabando seja o mais efetivo e seguro possível. Os maiores lucros vão para os traficantes que são vinculados com os mais ricos e compradores estrangeiros (incluindo organizações internacionais como a ONU). Apesar de poucos traficantes terem acesso ao círculo do alto escalão das forças armadas, a maioria conhece algum membro do exército que colabore com o comércio de maconha.

A Suazilândia é um significativo produtor que fornece maconha de alta qualidade para a África do Sul e outros mercados internacionais, como na Europa e no Reino Unido (Bloomer, 2019; Gastrow, 2003). Em um país pobre e fechado, onde o solo e o clima são favoráveis ao cultivo de cannabis, muitas famílias rurais dependem desta prática, principalmente nas regiões montanhosas de difícil acesso no norte, centro e leste do país, que dificultam o patrulhamento policial. A destruição de campos de cannabis não produzem resultados suficientes para desencorajar a prática ilegal (Bloomer, 2019; Gastrow, 2003).

As comunidades rurais de Lesoto dependem das atividades extra-legais de subsistência. O baixo custo de produção, a facilidade com a qual a planta cresce no país, o alto preço de venda de um produto que não sofre com inflação, em meio à queda da produção de alimentos e oportunidades de emprego, corresponde à principal fonte de renda pela qual as famílias pagam pelas necessidades básicas (Bloomer, 2019). Com uma produção que depende da cumplicidade do governo e agentes locais, Lesoto é um dos maiores produtores internacionais de cannabis, responsável por fornecer outros países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a África do Sul (Gastrow, 2003; Bloomer, 2019).

A posição e infra-estrutura da África do Sul tornou o país em um centro de distribuição de drogas. A maconha produzida em Lesoto e na Suazilândia, e mesmo na África do Sul, seus mercados consumidores e suas rotas internacionais através do continente africano e além. É impossível determinar a distância pela qual o contrabando de drogas pode alcançar no mercado internacional, mas possui clientes típicos como a Europa, Reino Unido, Irlanda, e países no leste como a Coreia

do Sul, seja por céu, ou por oceano. A maconha de pior qualidade geralmente é destinada ao mercado doméstico da África do Sul, que dispõe de menos capital para exigir uma droga de maior qualidade (Bloomer, 2019; Gastrow, 2003). Fluxos como aqueles registrados entre a África do Sul e a Coreia do Sul, ou entre a África do Sul e países europeus, embora evitados, são comuns no mundo inteiro, e presumimos que essa dinâmica intercontinental pode ocorrer entre qualquer país.

Mesmo que a África do Sul legalize o uso recreativo de cannabis, conforme indicam suas recentes mudanças políticas (Bloomer, 2019), Lesoto e Suazilândia possuem outros mercados na região, e nem por isso a África do Sul deixará de ser um centro internacional de distribuição de drogas, em função da infraestrutura não encontrada em outros países africanos. Sobretudo, é necessário observar se a regulação suprirá a demanda por maconha na África do Sul.

Mesmo com a Europa sendo um continente historicamente consumidor de haxixe, para os países no sul da África, compensa produzir maconha e vender para seus vizinhos, considerando a distância do continente, mas faz sentido que Marrocos seja o maior produtor mundial de haxixe (Escohotado, 2005 apud Baesso, 2013, p. 12).

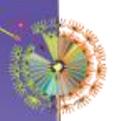
Marrocos é um país no norte da África, com vínculos econômicos, políticos, linguísticos e culturais com a Europa ocidental, de modo que muitos europeus investem na inovação agrícola marroquina para produção de haxixe de alta qualidade (Chouvy, 2019b).

A principal vantagem competitiva dos cultivos marroquinos de cannabis é o fato que a produção é ilegal tanto na Europa e Marrocos, mas em Marrocos, esta atividade é tolerada pelo estado, tornando o país ideal para as organizações criminosas, uma vez que dispõe de uma geografia propícia para o cultivo, localizado próximo a um abastado mercado consumidor. No país africano, o cultivo é tomado entre vales e encostas, principalmente na região montanhosa do Rif, realizado à céu aberto, por vezes em meio à outras plantações, em acordo com as autoridades locais. Em Marrocos, a cannabis é uma agricultura de subsistência para as famílias rurais lidarem com a pobreza (Chouvy, 2019b). Apesar das recentes regulações da cannabis na Europa, os usuários europeus ainda não são capazes de satisfazer suas necessidades. A era do haxixe marroquino ainda não acabou, apesar das evidências de um mercado europeu mais competitivo (Weinberger et al., 2019: 9).

Enquanto a Europa permanecer um grande consumidor de haxixe, as populações rurais das montanhas do Rif em Marrocos continuarão a cultivar a cannabis, uma vez que esta planta desempenha um importante papel de subsistência para estas famílias. O cultivo, que é tolerado por agentes do estado, é financiado por cultivadores e empresários europeus, que buscam importá-la para vendê-la em seu continente.

Buscando um espaço no mercado consumidor europeu, e outros mercados, como Estados Unidos e Austrália, alguns países da Ásia historicamente produzem haxixe para esta finalidade (Escohotado, 2005 apud Baesso, 2013). A cannabis que cresce amplamente no Afeganistão encontra seu lugar no mercado mundial através das redes que eventualmente transportariam heroína pelos mercados regionais e mundiais (Bradford e Mansfield, 2019).

Durante a contracultura, O Afeganistão era uma parada ideal nas viagens hippies durante a década de 70, por sua abundância de haxixe barato, instala as primeiras organizações criminosas que levam o haxixe afegão para os Estados Unidos, tornando o Afeganistão num centro de tráfico de drogas. A crescente demanda naquela época envolveu cada vez mais pessoas no cultivo (Bradford e Mansfield, 2019).



Hoje, o cultivo de cannabis, que por vezes cresce entre outras colheitas, pratica um proeminente papel nas economias rurais de subsistência (Bradford e Mansfield, 2019: 9; Chouvy, 2019b: 2-3). No país, parece não haver limites geográficos para seus cultivos que, antes se limitaram nos locais isolados geograficamente por sua altitude, em função de um Estado tolerante. As autoridades locais não impõem restrições no cultivo, que ocorre inclusive em proximidade com postos oficiais tanto dos Estados Unidos quanto do Afeganistão (Bradford e Mansfield, 2019: 8).

No Afeganistão, e outros países da Ásia, estes cultivos ocorrem em comunidades marginalizadas que são descentralizadas do Estado, dispostas de autonomia política legal, que possibilita uma gradual inclusão territorial por grupos criminosos nos municípios às margens do país. O difundido cultivo de drogas no Afeganistão atesta fraqueza e corrupção dos agentes governamentais nas províncias onde o Estado não consegue estabelecer sua autoridade. Estas cidades descentralizadas, e que podem vir a tornarem-se centros de distribuição, fazem parte das estratégias de dominação territorial e integração política e econômica regional e global dos traficantes de drogas ao financiar campanhas políticas que ordenam processos de formação e consolidação do estado para posteriormente exercerem suas atividades ilegais sob tolerância governamental (Chouvy, 2019b: 4).

O cultivo de cannabis no Afeganistão guarda um renome cultural, seu haxixe é exportado para países como a França, Paquistão, Índia, Irã e países na Europa central e ocidental, e países no oriente médio e sudoeste asiático (Weinberger, Gandilhon, Shah e Lalam, 2019; Bradford e Mansfield, 2019; UNODC, 2019). Mas uma vez que o haxixe marroquino abastece quase toda a Europa, apenas uma parcela consumidora deste mercado estará disposta a comprar haxixe afegão, que procura em outros fluxos internacionais o seu escoamento total. A falta de centralização estatal ocorrente nas suas cidades afegãs periféricas, facilita a entrada de grupos criminosos no poder, e conseqüentemente, com a falta da infraestrutura estatal, a produção de drogas resta como única opção econômica para as famílias rurais pagarem por necessidades básicas.

Junto com o haxixe afegão, o haxixe libanês é principalmente vendido no oriente médio e na Europa central e ocidental (UNODC, 2019: 17). Na Índia se produz cannabis (Chouvy, 2019a: 9), mas não existem dados oficiais sobre o cultivo que aparenta ser tolerado pelo estado (Chouvy, 2019b: 4), que apesar de registrar apreensões nos vales no himalaia, no Himachal Pradesh, onde os produtos da cannabis são destinados a serem consumidos por toda a nação para finalidades religiosas e recreativas (Chouvy, 2019a: 8), são dados que apresentam uma quantidade pequena de cannabis, subestimando a realidade do quanto pode ser produzido no país.

As dinâmicas de cultivo ilegal de cannabis ocorrem principalmente em países tropicais subdesenvolvidos. Poucas das frias cidades europeias permitiriam a produção de maconha e haxixe. Sobretudo, existe uma preferência cultural no país em relação ao consumo de haxixe (EMCDDA, 2019 apud Weinberger et al., 2019: 1), e a produção deste concentrado requer um cultivo de cannabis maior que a produção de maconha. A Holanda possui uma lei aberta para o consumo de maconha e haxixe, dentro dos estabelecimentos conhecidos como "cafés", porém o cultivo de cannabis no país continua ilegal até os dias atuais.

Os primeiros cultivadores de cannabis na Holanda durante a década de 1980 se beneficiaram da tolerância estatal ao consumo de cannabis, e do conhecimento técnico sobre horticultura indoor dos países baixos. Com a tecnologia indoor na Holanda, o cultivo de cannabis se torna relevante pela primeira vez na Europa. Este cultivo, por um lado, foi realizado por aficionados pela cannabis, e não visavam lucros, e sim suprir sua cota de maconha. Por outro, a situação começa a mudar quando a maconha de alta qualidade holandesa desperta a atenção não apenas dos usuários holandeses, mas de toda a Europa, e cada vez mais novos cafés eram inaugurados para suprir a demanda. Hoje (Jansen, 2015 apud Weinberger et al., 2019: 5), estima-se que 80% da maconha vendida

legalmente nos cafés seja produzida ilegalmente no país, enquanto que o haxixe continua a ser importado de países como Marrocos, Afeganistão, Paquistão e Líbano (Weinberger et al., 2019).

No final de 1990, a produção de maconha holandesa liderava a exportação europeia de cannabis, destinada ao Reino Unido, Bélgica, países nórdicos, Alemanha e leste europeu (Weinberger et al., 2019). As redes criminosas holandesas passaram a investir também na produção em outros países na Europa, recrutando cultivadores para produzir maconha em pequena ou média escala, colocando um fim ao monopólio exclusivo holandês (Weinberger et al., 2019).

A região dos Flandres na Bélgica cedeu espaços para o cultivo de cannabis das organizações holandesas que passaram a sofrer repressão na Holanda, tornando a Bélgica em um país chave na indústria da cannabis europeia. O norte da França também se tornou um centro fornecedor ao mercado francês e outros países da Europa, como a própria Holanda e o Reino Unido. Nos locais de cultivo, trabalham por muitos meses imigrantes ilegais e outras pessoas desprivilegiadas, sob condições quase escravas, com a finalidade de pagar por sua imigração (Weinberger et al., 2019).

O crescimento do cultivo ilegal na Espanha se estabelece com o desenvolvimento do cultivo indoor e outdoor no sul do país, mesmo sendo o primeiro ponto de entrada do haxixe marroquino, o país se tornou um importante produtor de maconha na Europa. Pés confiscados no Reino Unido mostram como o cultivo indoor também se tornou um fenômeno por lá. Os trabalhadores recrutados, adquirem o equipamento necessário e alugam casas para produzir aos traficantes britânicos. A produção de cannabis nas ilhas britânicas não é resultado de uma única organização, ou de uma disputa territorial. São organizações discretas, de pequeno cultivo, voltados para venda rápida no atacado, micro redes de usuários-trafficantes, baseadas em laços locais e familiares, onde a confiança constitui um aspecto básico para a atividade ilegal (Weinberger et al., 2019).

Plantas confiscadas no sul da Itália em 2014, mostram a relevância de sua produção que atende o mercado local, aproveitando o clima mediterrâneo para cultivo outdoor, onde a máfia é detém poder sobre as políticas locais, como no caso da Calábria, onde uma significativa produção de cannabis italiana é concentrada. O mercado italiano também é sustentado pela maconha produzida na Albânia, geograficamente bem situada, que começou a cultivar cannabis com a queda do regime stalinista na década de 1990. O país estava tão pobre com a ruptura do financiamento comunista, que o cultivo de cannabis se dissipou rapidamente nas regiões montanhosas ao sul e então ao norte do país. O confisco de maconha e haxixe albanês na Itália, fez com que a Albânia abrisse seu mercado para a Áustria, Croácia, Suécia, Hungria e Eslovênia, chegando a representar 30% do mercado europeu de cannabis ilegal (Weinberger et al., 2019).

O crescente papel das organizações criminosas na Europa, não deve ofuscar a persistente realidade dos pequenos cultivadores de cannabis, que são essencialmente aficionados, e em alguns países correspondem por 30% da cannabis produzida ilegalmente, dado que os tornam atores significantes na produção de cannabis ilegal. Ou seja, 30% da cannabis produzida ilegalmente em alguns países europeus é consumida pelos cultivadores, e não entram nos circuitos ilegais do narcotráfico. O desenvolvimento do comércio de cannabis ilegal entre os pequenos cultivadores, reflete contextos de crises econômicas (Weinberger et al., 2019).

Aproveitando a "brecha" na lei, e a disposição da técnica indoor na Holanda, os cultivadores, aclimataram diversas espécies de cannabis, gerando interesse europeu na maconha, que antes preferencialmente consumia haxixe. O cultivo indoor foi inicialmente realizado por usuários aficionados na cannabis, mas alguns viram uma oportunidade de mercado. O haxixe disponível legalmente nos cafés, que vem de países como Marrocos ou Afeganistão, e a maconha que vem de cultivos ilegais holandeses e de outros países da Europa, não refletem a produção indoor ilegal disseminada que tornou a Holanda no principal fornecedor de maconha na Europa. A Holanda

(apesar de suas brechas na lei) e outros países com a forte presença do Estado, mostram como mesmo em condições de controle político-territorial estabilizado, a produção de cannabis pode ser realizada discretamente, uma vez que o país disponha da infraestrutura técnica para isto. Na Noruega, por exemplo, obstáculos técnicos e financeiros impedem que os pequenos cultivadores aumentem significativamente suas produções (Weinberger et al., 2019). Mesmo na Europa, o cultivo ilegal reflete condições precárias ou de crise, e ilustra a flexibilidade na qual o narcotráfico se articula sobre o espaço, criando sistemas de cultivo ilegal de cannabis.

Papua Nova Guiné, Colômbia, Jamaica, Tailândia, Austrália, Bali, Biarritz, Hawaii, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Polônia, República Checa, Alemanha, Hungria, Eslováquia, Turquia, Egito, Nigéria, Rússia, Guatemala, Quirguistão, Tajiquistão, Nepal, Indonésia, Filipinas e Nova Zelândia (Fraga; Cunha e Carvalho, 2014; Chouvy, 2019a; Weinberger et al., 2019; Gastrow, 2003; UNODC, 2019), estão entre outros países encontrados onde o cultivo ilegal de cannabis é relevante e assume as formas espaciais mencionadas, frequentemente relatados entre ruralidades locais e condições de crise, quando visadas ao mercado. Supomos a existência de muitos outros casos não registrados, onde a produção é tolerada pelos Estados.

4. Considerações

A projeção dos cultivos ilegais sobre o espaço, se dá de maneira sistêmica porque é composta de partes em uma totalidade organizada, distribuída mundialmente, envolvendo os usuários de drogas, as organizações criminosas, famílias rurais, o estado, e outros atores. Apesar de serem aleatórios, são limitados pela geografia física com relação à fertilidade do solo, do isolamento social e sua logística de escoamento; e pelas fragilidades de um controle político-territorial mal exercido, com a economia e a cultura compondo também fatores importantes na espacialidade da produção.

Estas totalidades sociais organizadas, são manifestações da intenção do homem, sobre os objetos espaciais, denominados sistemas de ações. Os objetos, por sua vez, compõem a natureza transformada pelo trabalho humano, supomos sistemas de objetos as áreas de cultivo (inclusive o cultivo indoor) e as drogas produzidas. Ambos se realizam em condicionamento mútuo dentro de maiores sistemas de objetos e ações que compõem nossa sociedade.

O comportamento mais observado, é aquele no qual os países pobres produzem drogas entre suas comunidades rurais tropicais/subtropicais como única opção de cultivo que pode dar a eles o dinheiro para pagar por condições básicas da vida, como água, luz, alimento, saúde e educação. Estas famílias, por vezes são exploradas por organizações criminosas que lucram muito mais com a venda das drogas para além das áreas de cultivo. Estas áreas de cultivo estão situadas nos países frágeis politicamente, onde o estado desempenha importantes papéis ao ser cúmplice, ao ser corrupto, ao tolerar e/ou estimular o cultivo; ou por estar descentralizado, com dificuldades em executar seus projetos políticos e suas leis nas áreas isoladas geograficamente, empoderadas por organizações criminosas que territorializam o espaço com o dinheiro obtido no tráfico de drogas.

Mesmo nos casos em que o estado consegue executar alguma repressão, os cultivos se readaptam para outras localidades, demonstrando a resiliência como um forte componente das organizações criminosas, que possuem poder e informação em redes globalizadas sobre espaços transnacionais. Os países ricos que possuem disposição para pagar mais caro pelas substâncias, são os principais destinos das drogas.

O dinheiro retroalimenta os sistemas de cultivo e mantém constante suas organizações internas, em construção e decomposição. Ainda que os principais destinos sejam os locais com abundância financeira, as drogas são vendidas onde existe disposição para pagar por elas. Esta situação tida como mais comum, referindo ao cultivo outdoor de cannabis, também se realiza em países ricos

que possuem alguma brecha na lei, ou em locais onde existe alguma máfia territorializada. Talvez pela finalidade de evitar riscos, observamos nos mapas que os fluxos não costumam cruzar continentes, embora as drogas de qualidade atravessassem sim grandes distâncias na busca de um mercado mais exigente. Isso mostra que a distância geográfica é um fator importante, que talvez também por encarecer o custo da droga, é evitado, tornando países ricos também uma boa opção para o cultivo se as condições forem favoráveis.

Nos países que existe alguma disposição de infraestrutura desenvolvida, ela possibilita contornar o condicionamento geográfico e um controle político-territorial rigoroso através da simulação do ambiente externo com o chamado cultivo indoor. Algumas organizações criminosas se especializaram nestas produções, recrutando pessoas desfavorecidas nos países ricos para trabalhar nestas áreas de cultivo sob condições quase escravas. As organizações criminosas nos países ricos são mais discretas, pois existe um Estado organizado, e portanto realizam cultivos em pequena ou média escala, com poucas manifestações territoriais materiais. Alguns destes cultivos são realizados por pequenos traficantes que visam uma renda extra nas épocas de crise econômica, ou por usuários de maconha que querem se desvincular do narcotráfico. Ressaltamos aqui que a existência de usuários que cultivam sua cannabis sem vínculos com organizações criminosas é significativa, e não deve ser desconsiderado. Boa parte da cannabis ilegal produzida indoor nos países ricos não entra no circuito econômico ilegal, é consumida pelo próprio cultivador.

Sem a disposição técnica e políticas flexíveis dos países desenvolvidos, o cultivo de cannabis realizado nos países subdesenvolvidos tendem a ser consumido nas cidades grandes destes mesmos países, ou de países subdesenvolvidos vizinhos. Por exemplo, estimamos que pouco da maconha paraguaia possa chegar nos Estados Unidos, em função de sua inviabilidade econômica posta pelo fator distância.

Os sistemas de cultivo ilegal de cannabis possuem sua gênese em um mercado consumidor de maconha e seus concentrados. A espacialidade de cultivo manifestada toma forma dependendo de diversos fatores geográficos, e alguns deles tornaram certas localidades mais expressivas em relação ao cultivo ilegal de cannabis, passíveis de serem identificadas no espaço enquanto sistemas espaciais, em constante retroalimentação que transforma sua forma física, tornando impossível representar sua espacialidade com precisão cartográfica.

Na maioria dos casos, os sistemas de cultivo ilegal envolvem a terra e famílias rurais, principalmente em países subdesenvolvidos com Estados descentralizados, exploradas por grupos criminosos. Entretanto, os sistemas de cultivo ilegal de cannabis estão condicionados a tantos fatores que torna difícil separar em que ponto este cultivador é usuário, trabalhador explorado ou mesmo um traficante, se sua relação com outras organizações criminosas é questão de oportunidades para pequenos lucros, ou vínculos profundos com grandes facções criminosas.

A ilegalidade tornada global é um dos principais responsáveis por esta complexidade, pois implica constantes ações externas ao consumo, cultivo e escoamento da produção de cannabis, que por sua vez está em constante estado de retroalimentação e organização interna, construindo e decompondo espaços ilegais de cultivo na medida em que isso responder à repressão e/ou for conveniente ao narcotráfico globalizado.

Os sistemas de ação, no caso, a permissão estatal ou sua cumplicidade e tolerância, a demanda por drogas, a necessidade por subsistência de pessoas desprivilegiadas, a ambição de alguns grupos de indivíduos, são condicionados pelos sistemas de objetos, que são suas geografias físicas, os espaços territoriais controlados ou não pelo respectivo Estado, seus objetos espaciais, como a terra tomada para cultivo e a própria cannabis transformada em maconha e haxixe. A relação

indissociável entre os sistemas de objetos e ação compõem os sistemas de cultivo ilegal de cannabis.

No mapa, os limites geográficos condicionam as especialidades tomadas pelos cultivos ilegais de cannabis, e assim permitem um mapeamento desde que se suponha a aleatoriedade de seu comportamento, retroalimentada por informação de colaboração e conflito, e pelo dinheiro obtido com as vendas do contrabando, exceto nos casos em que o cultivo ilegal é para uso pessoal, mesmo que não fujam de outros distúrbios externos. Este processo também pode ocorrer em escala menor, como em praticamente todos os países da África ou em outros países menores, citados no final do último capítulo, e naqueles onde os sistemas de cultivo certamente ocorrem sob tolerância estatal, e portanto não existem registros de apreensões.

O mapeamento dos dados levantados permitiu visualizar a amplitude da totalidade espacial que envolve a relação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações dos sistemas de cultivo ilegal de cannabis, que só podem ser apreendidos através geograficamente com conceitos que contemplem uma totalidade organizada espacialmente. A visualização revela os sistemas espaciais de cultivo ilegal de cannabis, que em diversos momentos na história, deixaram vestígios de seu comportamento aleatório condicionados por certas geografias propícias a sua espacialização.

Longe dos centros urbanos, em regiões férteis para o cultivo, quase sempre realizado por camponeses isolados dos planos de seus governantes nacionais, em Estados frágeis politicamente, ou onde este exerce tolerância ou cumplicidade, o cultivo ilegal de cannabis é realizado, mediado por traficantes e sustentado por usuários dispostos a pagar por maconha ou haxixe, ambos estranhos a sua localidade de produção. O nível de controle político-territorial, somado à geografia física circundante, são os limites espaciais que condicionam os sistemas de cultivo ilegal de cannabis. Tais condições, só podem ser superadas com disposição de infraestrutura e tecnologia, que só existem em países que hoje caminham rumo novas regulações sobre a cannabis, então os sistemas nos países subdesenvolvidos prevalecem como descrito.

Durante o levantamento sobre a temática, percebemos que embora os dados registrados não sejam confiáveis, sobretudo porque são complexos os cultivos ilegais de drogas, representar sua espacialidade só seria possível conceituando o processo como uma relação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, que dentro de limites geográficos, encontramos uma forma de trabalhar a imprecisão dos dados, estabelecendo critérios em características não-quantitativas mapeadas e descritas considerando suas dinâmicas imprecisas, aleatórias e flexíveis, sensíveis à relação externa.

Acreditamos, desta forma, ter reconhecido, dentro de um contexto de ilegalidade no qual torna difícil apreender a temática de um ponto de vista científico, como ocorrem os sistemas de cultivo ilegal de cannabis ao redor do mundo, ao revelar a caoticidade presente nas suas dinâmicas espaciais condicionadas por suas geografias circunstanciais, abastecendo conteúdo sobre a pouco palpável e evitada geografia da cannabis ilegal.

5. Referências

1. ARANDA, Salvador Maldonado. Territorios, economías de la droga y violencia en las nuevas ruralidades de México: transformaciones de los cultivos ilícitos en Michoacán. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes (Org.). **Plantíos ilícitos na América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015
2. BAESSO, Daniel Bruno. **Cannabis: Geografia econômica e política**. Universidade Federal de Juiz de Fora (Trabalho de Conclusão de Curso em Graduação em Geografia). Juiz de Fora - MG, 2013.



3. BERTALANFFY, Ludwig, **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1968.
4. BLOOMER, Julian. Turning cannabis into cash: agrarian change and Lesotho's evolving experience. **EchoGéo**, 48, 2019.
5. BRADFORD, James; MANSFIELD, David. Known unknowns and unknowns knowns: what we know about the cannabis and the hashish trade in Afghanistan. **EchoGéo**, 48, 2019.
6. CHOUVY, Pierre-Arnaud. Cannabis cultivation in the world: heritages, trends and challenges. **EchoGéo**, 48, 2019a.
7. CHOUVY, Pierre-Arnaud. Territorial control and the scope and resilience of cannabis and other illegal drug crop cultivation. **EchoGéo**, 48, 2019b.
8. DUVALL, Chris. A brief agricultural history of cannabis in Africa, from prehistory to canna-colony. **EchoGéo**, 48, 2019.
9. FRAGA, Paulo Cesar Pontes. Os plantios considerados ilícitos, geração de renda e a política repressiva: uma introdução para leitura. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes (Org.). **Plantios ilícitos na América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
10. FRAGA, Paulo Cesar Pontes; CUNHA, Samuel Marcenes; CARVALHO, Luíz Cláudio. Políticas de repressão e erradicações de plantios de cannabis no nordeste brasileiro. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes (Org.). **Plantios ilícitos na América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
11. GARAT, Guillermo. Paraguay: la tierra escondida. Examen del mayor productor de cannabis de América del Sur. The Transnational Institute, 2016. Acessado em: <https://www.tni.org/en/node/23203>.
12. GASTROW, Peter. Mind-blowing: the cannabis trade in southern Africa. Institute for Security Studies, Cape Town, 2003. Acessado em: https://www.files.ethz.ch/isn/124024/2003_10_01.pdf.
13. HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. 2004. Acessado em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>.
14. HARLEY, John Brian. Deconstructing the map. **CARTOGRAPHICA**, v. 26, n. 2, 1989.
15. JOHNSON, Nick. American weed: a history of cannabis cultivation in the United States. **EchoGéo**, 48, 2019.
16. LAUDATI, Ann. Living dangerously: confronting insecurity, navigating risk, and negotiating livelihoods in the hidden economy of Congo's cannabis trade. **EchoGéo**, 48, 2019.
17. MENDOZA, Benito Armando Solis; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Produção de cannabis em Amambay – Paraguai: o envolvimento de jovens rurais. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes (Org.). **Plantios ilícitos na América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
18. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, razão e emoção**. São Paulo: USP, 1996.
19. UNODC. Cannabis and hallucinogens, 2019. Acessado em: <https://wdr.unodc.org/wdr2019/en/cannabis-and-hallucinogens.html>.
20. VASCONCELOS, Daniel Bruno. A Geografia das drogas no continente americano: entre o poder hegemônico e a periferia. In: COSTA, Wanderley Messias; VASCONCELOS, Daniel Bruno (Org.). **Geografia e geopolítica da América do Sul: integrações e conflitos**. São Paulo: Editoria FFLCH, 2019.
21. WARF, Barney. High Points: an historical geography of cannabis. **Geographical Review**, v.104, n. 4, 2014.
22. WEINBERGER, David et al. Illegal cannabis cultivation in Europe: new developments. **EchoGéo**, 48, 2019.